

Revista Brasileira de  
DIREITO ELEITORAL  
RBDE

DOUTRINA

ano 9 - n. 16 | janeiro/junho - 2017  
Belo Horizonte | p. 1-246 | ISSN 2176-1671  
R. bras. Dir. Eleit. – RBDE

# Revista Brasileira de DIREITO ELEITORAL

# RBDE

Periódicos - TJMG

Acervo: 17287

Exemplar: 70794

# Sumário

## DOCTRINA

### ARTIGOS

Da competência em representação por doação de campanha acima do limite legal

<b>Ayrton Belarmino de Mendonça Moraes Teixeira</b> .....	9
1 Da doação acima do limite legal.....	9
2 Da competência em geral .....	12
3 Da competência em representação por doação de campanha acima do limite legal.....	14
3.1 Da competência transgredida – natureza e consequências .....	19
3.2 Da competência transgredida – vias de dedução .....	20
4 Conclusão .....	22
Referências .....	23

Desfiliação partidária de suplente e infidelidade partidária: o papel da Casa Legislativa na avaliação da assunção de suplentes ao mandato eletivo

<b>Bruno Cláudio Penna Amorim Pereira</b> .....	27
1 Introdução .....	27
2 Sistema proporcional e fidelidade partidária .....	28
3 Perda do cargo eletivo e justificação de desfiliação partidária .....	29
4 Competência para a aferição de eventual infidelidade partidária de suplente desfiliado .....	31
5 Conclusão .....	34

Da anomia jurídica na contagem dos prazos processuais no Direito Eleitoral

<b>Delmiro Dantas Campos Neto, Maria Stephany dos Santos</b> .....	37
1 Introdução .....	37
2 Da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil no processo eleitoral .....	38
3 Da vigência do art. 219 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e suas nuances processuais .....	41
4 Dos prazos no processo eleitoral .....	42
4.1 Durante o pleito eleitoral .....	44
4.2 Sem pleito eleitoral .....	44
5 Das observações críticas .....	44
6 Considerações finais .....	50
Referências .....	51

A influência da mídia escrita nas eleições presidenciais

<b>Frederico Franco Alvim, Gabriel Silva Aranjues</b> .....	55
1 Introdução .....	55
2 A neutralidade da imprensa e a falácia da objetividade .....	57
3 Influxos da mídia nas eleições .....	60
3.1 A possível extensão dos influxos da imprensa .....	63
3.2 O caso específico da imprensa escrita .....	66
4 Análise da cobertura .....	71
4.1 Orientação metodológica .....	71

4.2	Análise da cobertura das eleições de 2010 .....	72
4.3	Análise da cobertura das eleições de 2014 .....	76
5	Considerações finais .....	81
	Referências .....	82

### O financiamento eleitoral nos Estados Unidos: *Citizens United v. FEC* e os *super PAC*

<b>José Antonio Dias Toffoli</b> .....	85	
1	Introdução .....	85
2	Processo histórico do financiamento eleitoral nos Estados Unidos .....	87
3	A Suprema Corte e o caso <i>Citizens United v. FEC</i> .....	91
4	Contexto <i>pós-Citizens</i> : eleições de 2012 e os <i>super PAC</i> .....	93
5	Conclusão .....	95
	Referências .....	97

### Do efeito confiscatório da multa do art. 23, §3º, da Lei nº 9.504/97. Da ofensa ao art. 150, IV, da Constituição Federal

<b>Maria Stephany dos Santos</b> .....	99	
1	Introdução .....	99
2	Aspectos gerais .....	100
3	Do princípio da proibição de confisco na Constituição Federal. Da multa do art. 23, §3º, da Lei nº 9.504/97 .....	102
4	Da impossibilidade da existência de tributo ou multa com efeito confiscatório no ordenamento jurídico brasileiro. Do entendimento jurisprudencial .....	107

### Revisitando o conceito da inelegibilidade pelo analfabetismo: a (des)necessidade de uma normatização a partir do atual contexto do Direito Eleitoral

#### **Otávio Augusto de Melo Acioli**

1	Introdução .....	117
2	Aspectos gerais da inelegibilidade decorrente do analfabetismo .....	118
3	A ausência de descrição da hipótese de incidência material da inelegibilidade decorrente do analfabetismo .....	120
4	O que é analfabetismo em matéria de inelegibilidade .....	125
5	A necessidade de normatização do conceito material de analfabetismo para a incidência da inelegibilidade .....	128
6	Conclusão .....	129
	Referências .....	130

### Efeitos devolutivo e suspensivo em matéria eleitoral: uma abordagem sistemática com base no novo Código de Processo Civil

#### **Pedro de Menezes Carvalho, Maria Stephany dos Santos** .....

1	Introdução .....	133
2	Aspectos processuais do efeito devolutivo .....	134
3	Aspectos processuais do efeito suspensivo .....	138
3.1	Obtenção do efeito suspensivo mediante ação judicial .....	142
4	Das mudanças advindas com a Lei nº 13.105/2015 e o efeito suspensivo automático do recurso ordinário eleitoral, art. 257, §2º, do Código Eleitoral .....	144
5	Considerações finais .....	148
	Referências .....	148

Nocaute no “terceiro round” – insatisfação eleitoral e distribuição de interesse pelo *impeachment* nas buscas do Google

<b>Thiago Perez Bernardes de Moraes</b> .....	151
1 Introdução.....	151
2 O <i>impeachment</i> no Brasil – um “coringa” do arsenal legislativo.....	152
3 A estrada para o juízo final: o <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.....	154
4 Pegadas digitais do <i>impeachment</i> no ciberespaço brasileiro.....	164
5 Metodologia.....	166
6 Resultados.....	166
7 Considerações finais.....	168
Referências.....	169

Competência para julgamento das contas municipais de governo e de gestão: análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

<b>Viviane Macedo Garcia</b> .....	171
1 Introdução.....	171
2 Da competência dos Tribunais de Contas.....	172
3 Da inelegibilidade prevista na alínea g do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64/1990.....	189
4 Conclusão.....	198
Referências.....	199

Mentiras sinceras me interessam: uma análise da evolução jurisprudencial do TSE acerca da falsidade ideológica eleitoral

<b>Volgane Oliveira Carvalho</b> .....	203
1 Introdução.....	203
2 Crime contra a Fé Pública: dos delitos de falsidade documental.....	204
2.1 Requisitos básicos.....	206
2.2 Falso material x falso ideológico.....	207
3 Da falsidade ideológica eleitoral.....	208
3.1 O documento para fins eleitorais.....	209
3.2 Da anamnese do tipo penal eleitoral.....	211
4 A jurisprudência do TSE acerca da falsidade ideológica eleitoral.....	212
4.1 Da declaração de bens em sede de registro de candidatura.....	213
4.2 Da prestação de contas.....	215
5 Considerações finais.....	218
Referências.....	219

PARECER

Parecer

<b>Luiz Fernando Casagrande Pereira</b> .....	225
1 Consulta – quesito.....	225
2 Aspectos factuais novos (pós-versão original do parecer).....	226
3 Uma breve síntese exposta em sumário.....	227
4 Ações eleitorais e prazos decadenciais. Estabilidade da democracia. A clara opção do Constituinte – alinhada ao direito comparado.....	228
5 Impossibilidade de violação da regra de estabilização da demanda. Fatos essenciais a compor a causa de pedir. Impossibilidade de julgamento <i>extra petita</i> .....	231

6	A admissão de fatos novos (art. 493, NCPC) não pode deformar ou reconfigurar o objeto original. A instrução não é instrumento de mutação do objeto. Apenas os fatos simples – jamais os essenciais – podem ser admitidos.....	233
7	A flexibilização da regra de estabilização, minoritária em doutrina e jurisprudência, é incogitável no Direito Eleitoral em atenção à rigidez do prazo decadencial.....	235
8	A livre apreciação dos fatos não derroga o princípio dispositivo e muito menos o prazo decadencial. A instrução de ofício também não pode conformar novas demandas .....	238
9	Em síntese, para concluir .....	240
	Referências .....	241
	Instruções para os autores.....	245